



EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS MODERNOS EM PORTO ALEGRE: década de 1950

Eixo Temático 1 - História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

Lizandra Machado Moreira

Mestre em Arquitetura – Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter
lizandramoreira@gmail.com

Fábio Bortoli

Doutor em Arquitetura – Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter
fabio_bortoli@uniritter.edu.br

Resumo:

A década de 1950 inicia um período determinante para o crescimento urbano da cidade de Porto Alegre - RS, no qual o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional viabilizaram o surgimento de um mercado imobiliário consistente e uma relevante produção moderna em arquitetura. O presente trabalho tem como objetivo principal a investigação tipológica do edifício de apartamentos em Porto Alegre, considerando a produção moderna do período referencial da década de 1950, que também se delimita pela vigência de regramento urbano por critérios morfológicos, baseado em preceitos da cidade tradicional/figurativa. O estudo se baseia na análise crítico-comparativa dos edifícios, examinando também os acontecimentos que transformaram os modos de morar através da habitação multifamiliar moderna. Os casos estudados, selecionados a partir da consulta à bibliografia de referência, foram pesquisados em arquivos e visitas de campo, para produção de desenhos e modelos tridimensionais. Além de registro da produção arquitetônica, o material base também foi utilizado para o desenvolvimento de esquemas, gráficos e diagramas que auxiliaram na avaliação dos seguintes critérios estabelecidos: organização volumétrica, relação exterior/interior, sistemas de circulação, setorização e grau de profundidade. Os resultados demonstram como, nestes exemplares, arquitetura moderna que transformou as maneiras de ocupar os ambientes internos e propiciou novas abordagens conceituais e formais arquitetônicas, manteve, ao mesmo tempo, intensa relação com a meio urbano.

Palavras-chave: Edifício de apartamentos; Arquitetura moderna; Tipologia; Cidade Tradicional.

Abstract:

The 1950s began a defining period for the urban growth of the city of Porto Alegre - RS, in which economic development and population growth enabled the emergence of a consistent real estate market and a relevant modern production in architecture. The main objective of this work is the typological investigation of the apartment building in Porto Alegre, considering as reference period the modern production of the 1950s, which is also delimited by the validity of urban regulation by morphological criteria, based on precepts of the traditional/figurative city. The study is based on the critical-comparative analysis of buildings, also examining the events that transformed the ways of living through modern multifamily housing. The cases studied, selected from the reference bibliography reference, were searched in archives and field visits, to produce digital 3d-models and drawings. In addition to recording the architectural production, the base material was also used for the development of diagrams, schemes and graphs that helped to evaluate the following established criteria: volumetric organization, exterior / interior relation, circulation systems, sectorization and degree of depth. The results demonstrate how, in these examples, modern architecture that transformed the ways of occupying the internal environments and provided new conceptual and formal architectural approaches, maintained, at the same time, intense relation with the urban environment.

Keywords: Apartment building; Modern architecture; Typology; Traditional City.



EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS MODERNOS EM PORTO ALEGRE: DÉCADA DE 1950

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal a investigação tipológica do edifício de apartamentos em Porto Alegre, considerando a produção moderna da década de 1950, período determinante para o crescimento urbano da capital do Estado do Rio Grande do Sul, no qual o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional viabilizaram o surgimento de um mercado imobiliário consistente e uma relevante produção arquitetônica. O estudo se baseia na análise crítico-comparativa dos projetos realizados no período, examinando também os acontecimentos que transformaram os modos de morar através da habitação multifamiliar moderna.

Inicialmente são apresentados os principais conceitos do habitar moderno e a transformação do modo de morar coletivamente. A arquitetura moderna da cidade de Porto Alegre é então contextualizada nos assuntos relativos ao crescimento urbano, mercado imobiliário e as incorporações e suas consequências urbanas. Na sequência, os edifícios de apartamentos modernos selecionados são apresentados e analisados, identificando características comuns. As considerações finais destacam, de maneira comparativa, as principais características tipológicas e sua relação com a cidade.

O moderno e o habitar moderno

A habitação coletiva é considerada fundamental no desenvolvimento da arquitetura moderna, particular desafio do período inicial do século XX. Segundo Marchetto (2017, p.155) durante o movimento moderno, a habitação coletiva adquiriu o protagonismo devido à compreensão de seu papel como formador da cidade, despertando a atenção dos arquitetos que passam a experimentar e propor inovações para essas edificações. Lima (2005, p.39) reitera essa afirmação ao declarar que cada período tem uma tipologia dominante na qual a arquitetura soluciona seus problemas construtivos básicos, e, no movimento moderno essa tipologia foi a habitação. Para Drebes (2004, p.21) os edifícios de apartamentos representam alguns dos melhores momentos da arquitetura moderna, mesmo quando não construídos. Para Caixeta e Romualdo (2018, p. 57), as novas propostas habitacionais, surgiram da busca dos arquitetos por respostas ao homem e à sociedade moderna. Os edifícios de apartamentos representavam o habitar moderno, a busca pela inovação. Uma nova resposta à cidade moderna, industrializada, interconectada por grandes vias, essa inovação é resultado dos novos hábitos e novas maneiras de relacionar-se em sociedade.

Apesar do edifício em altura ter surgido antes nos Estados Unidos da América, é na Europa que as experimentações tipológicas modernas se desenvolvem na esteira das demandas de habitação dos pós-guerras. No cenário brasileiro, o surgimento da industrialização impulsiona o crescimento dos centros urbanos e aumenta a necessidade de habitações. Simultaneamente, arquitetos de vanguarda desenvolvem proposta para uma nova maneira de fazer arquitetura.

Para Caixeta e Romualdo (2018, p. 57), as novas propostas habitacionais surgiram da busca dos arquitetos por respostas ao homem e à sociedade moderna. Foram essas respostas que originaram estudos em diferentes instâncias da arquitetura, tais como: a



habitação mínima, que buscava atingir vantagens econômicas; a racionalização na construção, que permitia a construção em massa; o uso de novos materiais, e do concreto armado, que se tornou um dos protagonistas; e novas técnicas construtivas, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico das estruturas de aço. O aperfeiçoamento desse tipo arquitetônico representava também a proposta de uma maneira moderna de morar coletivamente nos centros urbanos.

A proposta de habitação mínima desenvolvida seguindo os preceitos da Bauhaus, liderada por Walter Gropius, respondia a esses anseios sociais e econômicos, ao estabelecer uma relação na qual o coletivo e o público prevaleciam sobre o individual e o privado. O método projetual, segundo Tramontano (1997, p.5), promovia uma padronização dos espaços da vida social, seguindo os preceitos da ‘habitação-para-todos’.

Le Corbusier amplia esse pensamento, registrando, em 1915, o esquema denominado Dom-ino: ossatura independente, suportando lajes planas paralelas com balanços. De acordo com Drebes (2004, p.22), no esquema dom-ino identificam-se três do que viriam a ser os ‘cinco pontos para uma nova arquitetura’: pilotis, planta e fachada livre (aos quais se somariam a janela em fita e o terraço jardim). Drebes (2004, p.24) ressalta que a criação da planta livre propicia uma compartimentação espacial dissociada da malha estrutural, embora na maioria dos edifícios de apartamentos as paredes coincidam com a estrutura. Do mesmo modo, o tratamento da fachada torna-se independente da estrutura, o que permite ao arquiteto maior liberdade compositiva.

A evolução tecnológica da estrutura independente possibilitou ambientes mais amplos e menos compartimentados, seguido de amplas fenestrações e simplificação de todos os elementos. No interior dos apartamentos, a setorização é bem definida entre os setores social, íntimo e de serviço. A racionalização dos espaços seguindo suas funções e a preocupação com a qualidade ambiental levam em considerações questões de insolação e ventilação. O mobiliário também ganha importância, sendo desenvolvido, muitas vezes, pelos próprios arquitetos.

A integração entre o interior do apartamento e o exterior era idealizada e reforçada. De um modo geral, as habitações coletivas buscavam a integração entre os habitantes, a valorização das relações sociais e da vida comunitária, reforçando a conexão entre o público e o privado e o vínculo entre o edifício e a cidade (CAIXETA, ROMUALDO, 2018, p. 60). Os edifícios de apartamentos simbolizam o habitar moderno: uma resposta ao crescimento dos centros urbanos, industrializados, interconectados por grandes vias.

Uma interpretação de como o usuário era visto pelos arquitetos modernos é dada Montaner (2001), em “Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX”:

O Movimento Moderno, impulsionado por uma visão positivista e psicológica ao mesmo tempo, pensa a arquitetura em função de um homem ideal, puro, perfeito, genérico, total. Um homem ético e moralmente completo, de costumes puritanos de uma funcionalidade espartana, capaz de viver em espaços totalmente racionalizados, perfeitos, transparentes, configurados de forma simples. O ‘modular’ de Le Corbusier (1942) constituiria uma explicitação tardia deste usuário idealizado. Segundo Le Corbusier, todos os homens têm o mesmo organismo, as mesmas funções e necessidades. (MONTANER, 2001, p. 18)

Contexto histórico: a Porto Alegre da década de 1950

A Porto Alegre do início do século XX apresentou um processo de industrialização que fomentou o crescimento e desenvolvimento urbano iniciais. Foram fatores fundamentais



para o crescimento a imigração alemã e italiana, o desenvolvimento da agricultura comercial na região da serra, a comercialização através do porto e a construção das linhas ferroviárias que integravam o estado (MONTEIRO, 2004, p.51). Na administração de José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924) foram desenvolvidos planos para organizar o crescimento, higienização e embelezamento da cidade organizados no Plano Geral de Melhoramento de 1914, coordenado pelo Engenheiro João Moreira Maciel.

Nas décadas seguintes, os governos municipais de Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937) executaram grandes projetos de modernização urbana, estabelecendo um modo mais ativo de viver a cidade e que estimularam a verticalização, com a construção de edifícios de características déco localizados na região central. Para Luccas (2004, p.95), é nesse período em que “o repertório eclético seria gradualmente abandonado, cedendo espaço para expressões mais depuradas: volumes geométricos legíveis, fachadas lisas, marquises e balanços, formas curvas”.

As décadas de 1950 e 1960 foram determinantes para o crescimento urbano da capital gaúcha. Em 1950, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE¹, a cidade tinha 394.151 habitantes. Na década seguinte, 1960, a população cresce cerca de 62%, alcançando o número de 641.173 habitantes. Até o final dessa década, a população crescerá ainda mais, chegando a 903.175 habitantes no ano de 1970. A população da cidade triplicou e a taxa de crescimento populacional foi de aproximadamente 130% em 20 anos.

A crescente demanda por moradias e o acentuado processo de industrialização, na década de 1950, promoveram um boom imobiliário². Segundo Abreu Filho (2006, p.221), foi “a década que mais se construiu em Porto Alegre”. Carneiro corrobora tal afirmação:

Uma verdadeira febre de construções se apossou de Porto Alegre nos últimos anos (...). Essa fase começou em 1950 (...), num crescendo impressionante até atingir dez prédios diários (...). Em 1957 a Diretoria de Edificações do Município aprovou projetos para 1.668 prédios de alvenaria e 1.832 de madeira abrangendo uma área de 700.000 m² e 82.000 m² respectivamente (...). Em números relativos, Porto Alegre supera São Paulo – a cidade que não pode parar – no índice de construções. (CARNEIRO, 1958, p.12-16)

Na administração de Loureiro da Silva de 1937 a 1943, foi contratado o urbanista Arnaldo Gladosch para desenvolver um Plano Diretor para a cidade. Contudo, esse trabalho, segundo Monteiro (2004, p.57), não chega a ser um Plano Diretor completo, pois “apesar de estabelecer um zoneamento da cidade, basicamente um plano viário que propôs a abertura de radiais e perimetrais”. Apesar dos estímulos e determinações municipais para a verticalização da cidade, somente na década de 1950 os arranha-céus, ocuparam a paisagem. O Prefeito Ildo Meneghetti, durante sua administração, incentiva a verticalização através da Lei nº 986 de 1952, na qual estabelecia alturas de 30 metros na Rua dos Andradas e 70 metros para edifícios construídos no alinhamento nas avenidas Borges de Medeiros e Senador Salgado Filho. Determina, para as demais vias da zona central, a relação da altura com a largura da via, permitindo o escalonamento (ALMEIDA, 2016, p.130). O dispositivo do escalonamento, inspirado pelo urbanismo americano, permitiu, segundo Abreu Filho (2016, p.245-246), aprovar edifícios “sem limites de altura”. No entanto, ressalta-se que, em Porto Alegre, ao contrário do princípio americano, o escalonamento era apenas frontal, mantendo a construção lateralmente alinhada às divisas.

¹ IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

² “Dados de 1957 indicam o licenciamento de prédios envolvendo uma área construída total de cerca de 700.000 m² (apenas para construções em alvenaria). Este é um volume que só vai ser igualado novamente na década de 90, com licenciamento anual ao redor de 750.000 m²”. (ABREU FILHO, 2006, p.230)

13º Seminário

do_c_o_m_o_m_o_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



Do ponto de vista socioeconômico, é também a partir da década de 1950 que os edifícios residenciais passaram a ser considerados uma forma de moradia para as famílias de mais alta renda. E foi o movimento moderno que disseminou essa nova maneira de morar: racional e funcional. A partir dos anos 1940 e 1950, a moradia se torna a parte mais importante da paisagem urbana, e suas formas começaram a ser vista como elemento de composição urbana. Entretanto, Lima (2005, p.82) ressalta que esse boom imobiliário se refere às moradias da elite e não às habitações populares.

Para Demétrio Ribeiro (1987, p.26) três fatos foram fundamentais para a promoção da arquitetura do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950: os projetos externos; a criação da Faculdade de Arquitetura no Estado; e, a fundação do departamento local do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Segundo Ribeiro (1987, p.26) esse período de surgimento da Arquitetura Moderna no estado serviu como um momento de “afirmação da arquitetura como disciplina autônoma do saber e da arte” e propiciou “um clima de intensa discussão sobre o papel da arquitetura na cultura e na vida social” (RIBEIRO, 1987, p.28).

A criação dos primeiros cursos de arquitetura no Rio Grande do Sul, na década de 1940, durante o Estado Novo é um marco fundamental para o surgimento de um grupo de arquitetos gaúchos que promoveram uma arquitetura local com características próprias, influenciada diretamente pela Escola Carioca devido ao seu prestígio internacional. Demétrio Ribeiro (1987, p.28) conta que a “rivalidade entre ambos os cursos [Instituto de Belas Artes e Escola de Engenharia] provocou uma agitação de ideias que contribui para a promoção da arquitetura” no estado. Com a federalização da URGs, em 1952, os dois cursos se uniram, formando a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em relação a outros grandes centros urbanos do país, Porto Alegre estava bastante atrasada neste aspecto. Enquanto no Rio de Janeiro os princípios modernos foram introduzidos na prática arquitetônica desde os anos de 1930, a produção moderna só se explicita em Porto Alegre em 1950, o que Luccas (2016, p.273) atribui ao “conservadorismo próprio da cidade ainda provinciana”. O desenvolvimento efetivo da arquitetura moderna na cidade poderia ter ocorrido ainda na década de 1940, com a execução de projetos desenvolvidos por grandes representantes do movimento, como o Hospital de Clínicas da UFRGS projetado em 1942 por Jorge Machado Moreira e o único executado, porém com alterações no projeto; o Edifício Sede do IPE projetado em 1943 por Oscar Niemeyer; ou o Edifício Sede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com projeto de Affonso Eduardo Reidy e Jorge Machado Moreira no ano de 1944 (LUCCAS, 2016, p.273).

Para Comas (2013, p.17), o “insucesso dos arquitetos da Escola Carioca em Porto Alegre pode ser creditado à forte oposição dos engenheiros locais” que eram os responsáveis pelas construtoras, prefeitura, órgãos institucionais e de classe. O autor também reforça que a chegada da arquitetura moderna em Porto Alegre ocorre em meados dos anos 1950 e acompanha o crescente processo de verticalização (COMAS, 2013, p.19). Porém, Luccas (2016, p.271) destaca que a arquitetura com características modernas é “introduzida timidamente” já no final dos anos 1940 e se consolida durante a década de 1950. Vale ressaltar que a produção brasileira se baseou nos princípios corbusianos, porém adotou um “encaminhamento particular, através da conexão explícita estabelecida com elementos culturais nacionais” (LUCCAS, 2016, p.272). No entanto, diferentemente da arquitetura moderna produzida no Rio de Janeiro e São Paulo, a arquitetura moderna gaúcha, segundo Marques (2012, p.11), não apresentou “sistemas compositivos e elementos formais” suficientes para caracterizar uma escola arquitetônica. Fato esse constatado pelo próprio Demétrio Ribeiro (1987, p.30) ao afirmar que pareceria um “extremo exagero falar em arquitetura rio-grandense em outros termos que não geográficos”. Marques (2012, p.12),

13º Seminário

do_c_o_m_o_m_o_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



ressalta a discrição e austeridade da arquitetura gaúcha, cuja concepção do projeto resulta no que denomina “racionalismo tectônico”, no qual o pragmatismo construtivo, economia e o atendimento às demandas funcionais determinam “um sentido de sofisticação formal transcendente a formalismos desinteressados, com sistemas construtivos proporcionados e criterioso atendimento dos requerimentos programáticos” (MARQUES, 2012, p.12).

Em Porto Alegre, essa produção arquitetônica moderna da década de 1950 consiste em edifícios que compõem o tecido urbano, o que produziu uma arquitetura mais contida. Drebes (2004, p.18) aponta a necessidade de adaptação das obras gaúchas às condições climáticas e culturais, essas “menos propícias a demonstrações de extroversão e exuberância” que a arquitetura carioca. Desde a década de 1930, com surgimento das edificações multifamiliares, verticalizadas e com grandes áreas construtivas, foi exigido do mercado da construção civil local uma adaptação às novas organizações de empreendimentos imobiliários. Com o aumento da complexidade construtiva, surge a necessidade de mão de obra especializada e profissionais qualificados, juntamente com uma estrutura empresarial que abrigaria um grande número de profissionais. Foi a partir dessa época que surgiram várias grandes construtoras: Azevedo Moura & Gertum, A.D. Aydos & Cia, Ltda., Dahne & Conceição e Haessler & Woebcke. Na década de 1950, outras empresas se juntariam a essas, como: Mello Pedreira, Azevedo, Bastian & Castilhos, Construtora Helmut Petry, o escritório do Engenheiro Civil Paulo Ricardo Levacov, Empresa de Toigo e Geremia, Irmãos Irace Ltda.

A Azevedo Moura & Gertum, fundada em 1924 pelos jovens engenheiros Fernando de Azevedo Moura e Oscar Mostardeiro Gertum, se destaca pela qualidade arquitetônica de suas construções, utilização do concreto armado e o grande número de obras construídas: 8534, durante os 69 anos de existência. Vianna e Pereira (2016, p.150) destacam a constante divulgação realizada pela própria empresa de seus projetos em propagandas de revistas especializadas da época, o que ressalta o valor empregado aos edifícios na consolidação da imagem da empresa.

Assim como no cenário brasileiro, o processo de metropolização e crescimento urbano de Porto Alegre “contou com a adesão entusiasmada dos agentes do mercado imobiliário e da indústria da construção” (ABREU FILHO, 2016, p.246). Foram desenvolvidos mecanismos de financiamento, “como fundos de investimento e participação, sociedades de crédito imobiliário e companhias abertas, o que foi acompanhado por acelerada modernização e concentração do capital no setor” (ABREU FILHO, 2016, p.246).

Para Lima (2005, p.76), esses incorporadores imobiliários podem ser definidos como agentes culturais, que verificavam as demandas dos clientes, as exigências do mercado e atendiam as expectativas da classe média. No Rio Grande do Sul, os grandes empreendimentos envolviam bancos e incorporadores, e as vendas eram amplamente divulgadas. Para dar credibilidade aos negócios, as empresas destacavam seus nomes nos anúncios dos empreendimentos, o endereço e as imagens dos empreendimentos à venda (LIMA, 2005, p.76). Mesmo com o estado passando por uma crise econômica, as elites encontraram o financiamento como uma solução para manter os investimentos na construção civil.

Destaca-se o valor dado por essas construtoras para estética moderna dos edifícios. Era importante para os novos padrões de consumo urbano que os edifícios refletissem o ideal contemporâneo da época e, para isso, era também necessário um investimento das construtoras nos sistemas de instalações, esquadrias, materiais e tecnologias.



Seleção e documentação dos edifícios de apartamentos modernos

Registra-se que este trabalho se baseia nas pesquisas desenvolvidas nos estudos da dissertação de mestrado “O Edifício de Apartamentos em Porto Alegre: um paralelo entre o moderno e o contemporâneo” de Lizandra Machado Moreira, realizado pelo PPGAU da Uniritter/Mackenzie sob orientação de Fábio Bortoli. Na elaboração da pesquisa que originou o trabalho, entende-se que a construção do habitar coletivo é um reflexo da relação entre sociedade, arquitetura e cultura. Essa relação acontece a partir de aspectos culturais, sociais, econômicos, legais e do lugar que aparecem de maneira subjetiva no processo projetual.

No trabalho de definição do universo da pesquisa, a escolha dos exemplares se deu a partir do clássico “Arquitetura Moderna em Porto Alegre” de Xavier e Mizoguchi (1987). Optou-se, inicialmente, pela verificação de todos os edifícios de apartamentos presentes no livro. A relevância da amostra no contexto arquitetônico de Porto Alegre foi verificada também na publicação “Inventário da Arquitetura Moderna de Porto Alegre” de Comas e Piñon (2013). O recorte procurou, também, contemplar edifícios concebidos sob o mesmo regimento urbanístico e, por este motivo, priorizou os que foram construídos antes da interferência do Plano Diretor de 1959-61. Importante ressaltar que o referido Plano alterou o regimento baseado em regras morfológicas vinculadas à cidade tradicional, seguindo padrões morfológicos para definição do regime urbanístico, o que resultaria em quarteirões e ruas mais uniformes, para um modelo de concepção baseado na aplicação de normas modernas, baseado em definições tipológicas, aplicadas em função do lote. Outro fator relevante do período abordado é a influência arquitetônica: os exemplares se referem a edifícios de arquitetura moderna. A amostra assim delimitada comporta nove edifícios: Santa Terezinha, Jaguaribe, Presidente Antônio Carlos, Esplanada, Linck, Redenção, Salomão Lochpe, Armênia e Taperaja (figura 1). O conjunto dos exemplares selecionados representa uma amostra relevante do que foi construído em Porto Alegre na década de 1950. Com influência da Escola Carioca, a arquitetura desenvolvida no Sul foi mais contida, sofrendo mais com o conservadorismo da sociedade gaúcha e com as necessidades impostas pelo mercado imobiliário e clima locais.



Figura 1: Fotografia dos exemplares selecionados, pela ordem: (1) Santa Terezinha, (2) Jaguaribe, (3) Presidente Antônio Carlos, (4) Esplanada, (5) Linck, (6) Redenção, (7) Salomão Iochpe, (8) Armênia e (9) Taperaja.

Fonte: MOREIRA, 2019 – montagem realizada pelos autores

A coleta dos materiais gráficos e levantamento fotográfico de todos os edifícios foi realizada através de desenhos e microfílm acessados no Acervo Municipal da Prefeitura de Porto Alegre, escritório de licenciamento municipal EdificaPoa e Secretaria da Cultura de Porto Alegre. Os elementos técnicos foram então redesenhados a partir dos desenhos obtidos nos órgãos municipais e comparados com desenhos encontrados em livros e trabalhos acadêmicos. Foram redesenhadas plantas, cortes e fachadas e foi realizada modelagem tridimensional da volumetria geral dos edifícios selecionados. As análises gráficas foram sistematizadas por meio de esquemas e diagramas que servem para exemplificar as mudanças espaciais e transformações conceituais dos edifícios comparados.

Para o desenvolvimento das análises, três aspectos principais foram investigados: (i) contexto urbano, no qual são abordadas questões referentes à localização na cidade e o Plano Diretor vigente e suas consequências morfológicas; (ii) implantação no lote, que demonstra a relação do volume com os vizinhos e as relações formais entre a edificação e o terreno; uso do térreo, que discorre sobre a relação do edifício com a rua e as formas de acessos; (iii) uso coletivo, que trata de elementos relacionados à organização espacial e circulação.

Para abordagem dos aspectos citados anteriormente, foram utilizados como instrumentos metodológicos esquemas, gráficos e diagramas, que auxiliaram a avaliação dos seguintes critérios estabelecidos: organização volumétrica, relação exterior/interior, sistemas de circulação e setorização.



Edifícios residenciais modernos: uma análise

Os diagramas de organização volumétrica foram desenvolvidos para compreender a escolha tipológica e a relação entre a morfologia do lote e do edifício, o posicionamento da circulação vertical e a utilização dos vazios como espaço de distribuição e hierarquização dos setores. Nos desenhos as adições ou subtrações volumétricas são apontadas e permitem observar o posicionamento do edifício e as soluções encontradas para relacionar os apartamentos com a rua.

Todos os edifícios da amostra (figura 2) foram construídos sem recuos laterais aproveitando o máximo de área possível. Essa morfologia é resultante do regime urbanístico da época, que permitia a construção de edifícios sem recuos laterais com o limite de altura, nas áreas centrais, seguindo a relação de duas vezes a largura da rua, a partir da qual era possibilitado o escalonamento do volume que permitia um acréscimo na altura máxima mediante o recuo frontal dos andares superiores. Esses dispositivos permitiram a verticalização dos edifícios que, nessa amostra, variam entre dez e 26 pavimentos, sendo o Edifício Jaguaribe, o mais alto dos edifícios estudados.

Destaca-se o Edifício Presidente Antônio Carlos, que, seguindo o regime urbanístico, é o único estudado que utilizou o escalonamento volumétrico como recurso. Isso possibilitou a construção de mais quatro pavimentos superiores recuados do alinhamento, aumentando, assim, a altura máxima da edificação e o potencial construtivo do terreno.

Dentre os nove exemplares, um está construído em terreno de cabeça de quarteirão (Esplanada), quatro em terrenos de esquina (Jaguaribe, Redenção, Salomão Lochpe e Armênia) e quatro em terrenos de meio do quarteirão (Santa Terezinha, Pres. Antônio Carlos, Link e Tapejara). As soluções se repetem em muitos casos: nas esquinas e cabeça de quarteirão, a organização em “L” ou “C” e suas variações; no meio de quadra, variações do tipo “H”. A primeira configura o quarteirão, seguindo preceitos do urbanismo tradicional, e é a preferida dos investidores, pois os imóveis são mais valorizados, e aumenta sua área para o uso comercial. A segunda, geralmente simétrica, posiciona a circulação vertical no centro da edificação, separando as unidades, e resulta em vazios que possibilitam aberturas para o interior do lote.

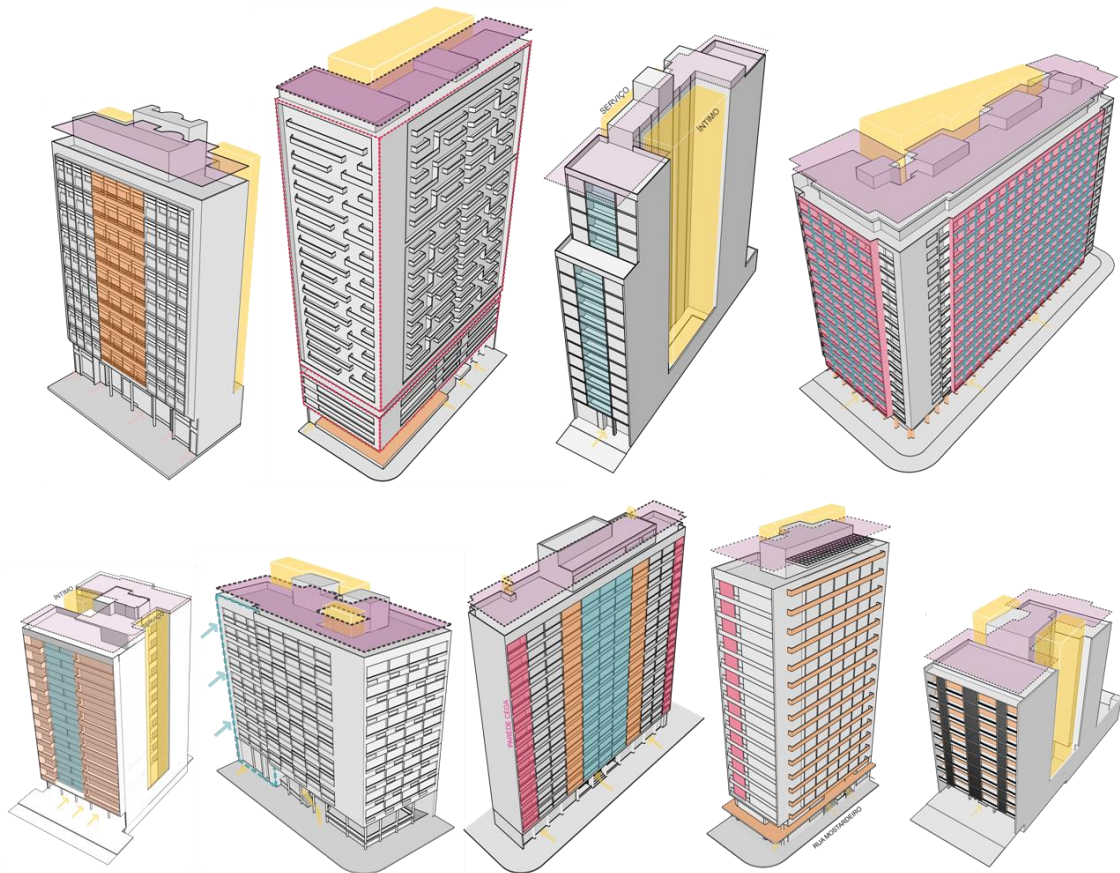


Figura 2: Diagramas volumétricos dos exemplares estudados, sem relação de escala entre os desenhos, sem escala. Pela ordem: Santa Terezinha, Jaguaribe, Presidente Antônio Carlos, Esplanada, Linck, Redenção, Salomão Iochpe, Armênia e Taperaja.
Fonte: MOREIRA, 2019 – montagem realizada pelos autores

Quanto à relação exterior/interior, os diagramas foram desenvolvidos para analisar as formas de acessos e a existência ou não de um espaço de transição que promova a relação entre a rua e o interior da edificação; investigar também a presença de elementos espaciais (escadas, rampas) que foram utilizados para a distribuição de fluxos, a compreensão da espacialidade do percurso e como se estabelece o controle entre o público e privado; e analisar em planta a presença da transparência e da opacidade e como elas interferem na relação exterior/interior.

A relação entre os edifícios e a rua desenvolve-se através do uso do térreo e das soluções encontradas pelos arquitetos. Essa conexão entre o interior do edifício e o exterior apresenta duas soluções recorrentes: na primeira, presente nos edifícios Santa Terezinha, Jaguaribe, Presidente Antônio Carlos, Esplanada, Armênia e Salomão Iochpe, o térreo é recuado em relação ao alinhamento, e as lojas voltadas para o passeio animam a rua, podendo estar cobertas por marquises ou pelo próprio corpo do edifício que avança sobre o passeio; na segunda, que consta nos edifícios Linck, Redenção e Taperaja, se insinua o térreo contínuo com pilotis gerando um pátio de transição aberto ao público, porém já em área privada. Desses, o Redenção se destaca pela elevação desse pátio, comunicando um caráter mais privado do espaço. A escada também aparece nos diferentes casos como elemento de transição entre o público e privado, revelado pela mudança de nível.



O zoneamento e setorização das funções em plantas do pavimento térreo, apresentadas na Figura 03, facilitou o entendimento das relações entre os espaços e suas funções, demonstrando o posicionamento e a integração entre os setores. Da amostra de nove edificações, sete possuem uso misto, com lojas no térreo e, no caso do Edifício Jaguaribe, um cinema, que ocupou os primeiros pavimentos do prédio. As duas exceções são os edifícios Linck e Tapejara, pois mesmo localizados em áreas centrais, como os outros, esses dois estão situados em ruas com o caráter residencial e, por isso, não possuem vocação para o uso comercial do térreo.



Figura 3: Plantas do pavimento térreo e setorização, mantendo relação de escala entre os desenhos, sem escala.

Fonte: MOREIRA, 2019 – montagem realizada pelos autores

Os diagramas de circulação têm como objetivo investigar e analisar os sistemas de fluxos presentes nos edifícios, as articulações e segregações entre os diferentes espaços e percursos que os indivíduos percorrem. Através deles, é possível perceber como ocorre a distribuição e a hierarquia dos fluxos. Outra característica -comum refere-se à circulação condominial: com exceção do Santa Terezinha, os outros apresentam fluxos separados em social e serviço. Quatro edifícios exibem circulações independentes para os acessos de serviço e social: Jaguaribe, Presidente Antônio Carlos, Linck e Redenção. Nesses casos, os espaços de circulação condominiais não apresentam nenhum ponto em comum. Os outros quatro: Esplanada, Armênia, Salomão Iochpe e Tapejara - têm esses espaços separados, porém com conexões, incluindo o acesso principal, que é compartilhado pelos dois fluxos. No entanto, em relação aos apartamentos, esses oito exemplares possuem entradas distintas relacionadas ao uso.



Considerações finais

O desenvolvimento da arquitetura moderna transformou conceitualmente a forma de morar e a relação do homem com o espaço urbano. Os avanços tecnológicos resultaram na possibilidade de construir com o sistema estrutural independente, modificando os ambientes e favorecendo a experimentação projetual, que ocasionou a transformação espacial do ambiente doméstico e das habitações em edifícios multifamiliares. Não foi diferente na cidade de Porto Alegre, onde a arquitetura dos edifícios residenciais modernos da década de 1950 descreveram um período de intenso desenvolvimento com a maturação de uma produção local. Apesar da influência da Escola Carioca, essa arquitetura foi mais contida, sofrendo mais com o conservadorismo e com as necessidades impostas pelo mercado e o pelo clima. Vinculados à tradição moderna, os edifícios demonstram o esforço local em adaptar um vocabulário arquitetônico então inédito na cidade a regras e padrões locais.

O conjunto dos nove exemplares selecionados representa uma amostra do que foi construído em Porto Alegre na década de 1950, época em que ainda estavam vigentes normas urbanísticas baseadas na conformação morfológica dos quarteirões. Nos edifícios modernos analisados, percebe-se a preocupação com o espaço urbano, no qual o edifício é visto como elemento gerador de cidade, e a concepção moderna da arquitetura se submete à regra da cidade tradicional.

Outro ponto de destaque é que o térreo dos anos 1950 é um pavimento de integração com o exterior, e encontra-se, em muitos casos, ocupado por lojas, que animam o ambiente público abrindo-se à rua. Mesmo nos prédios com uso apenas residencial, os pátios transformam-se em esplanadas públicas, que geram a sensação de continuidade na qual a cidade e o edifício integram-se.

Vista através das lentes da atuação do arquiteto como agente de construção cultural e gerador de projetos com qualidade arquitetônica, conectados ao seu tempo e aos usuários, essas contribuições visam promover o debate dentro do meio acadêmico para que possamos, assim, contribuir para a construção da cidade.

Referências

ABREU FILHO, Silvio B. **Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre**. 2006. 357 f. Tese (Doutorado) – UFRGS, PROPARG, Porto Alegre, 2006.

ALMEIDA, Maria Soares de; Renato Holmer (org.). **Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre**. Porto Alegre: Marcavisual, 2016.

CAIXETA, Eline Maria M. P.; ROMUALDO, Elana da Silva. **Habitação coletiva e a construção do espaço habitado: o caso do Setor Central de Goiânia (1950-1960)**. Palmas: Revista Amazônia Moderna, v.1, n.2, p.54-71, out-mar 2018. Disponível em <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/>>. Acesso em setembro de 2018.

CARNEIRO, Luiz Carlos; PENNA, Rejane. **Porto Alegre – de Aldeia a Metrópole**. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira e Officina da História, 1992.

COMAS, Carlos Eduardo; PIÑON, Helio. **Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre - 1945/65**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

DREBES, Fernanda Jung. **O Edifício da apartamentos e a Arquitetura Moderna Brasileira**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. PROPARG – UFRGS, 2004.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:

<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

LIMA, Raquel Rodrigues. **Edifícios de apartamentos: um tempo de modernidade no espaço privado: estudo da radial Independência/24 de outubro - Porto Alegre - nos anos 50**. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2005.

LUCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre sob o mito do “gênio artístico nacional”**. Tese de Doutorado em Arquitetura. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2004.

LUCAS, Luís Henrique Haas; FIORE, Renato Holmer (org.). **Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre**. Porto Alegre: Marcavisual, 2016.

MARCHETTO, Kátia Fernanda. **Habitar o patrimônio moderno**. Dissertação de mestrado em arquitetura. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2017.

MARQUES, Sérgio Moacir. Fayet, Araújo & Moojen - **Arquitetura Moderna Brasileira no Sul: 1950/1970**. Tese de doutorado em Arquitetura. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2012.

MIZOGUCHI, Ivan; XAVIER, Alberto. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. Editora Pini. São Paulo, 1987.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: G. Gili, 2001. 271 p.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MOREIRA, Lizandra Machado. **O edifício de apartamentos em Porto Alegre: um paralelo entre o moderno e o contemporâneo**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. PPGAU - Uniritter/Mackenzie, 2019.

RIBEIRO, Demétrio. Arquitetura no período 45-60. In: MIZOGUCHI, Ivan; XAVIER, Alberto. **Arquitetura moderna em Porto Alegre**. Editora Pini. São Paulo, 1987.

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitações, metrópoles e modos de vida. Por uma reflexão sobre o espaço doméstico contemporâneo**. 3º Prêmio Jovens Arquitetos, categoria "Ensaio Crítico". São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil / Museu da Casa Brasileira, 1997. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>> Acesso em setembro de 2018.